

A MORTE DE BRIZOLA E O NACIONALISMO¹

JOVINIANO SOARES DE CARVALHO NETO*

Esse artigo apresenta uma primeira abordagem acerca do nacionalismo, a qual, apesar de motivada pela morte recente do líder político Leonel Brizola, ultrapassa em muito sua figura e trajetória. Sem dúvida, a exigüidade do espaço impediu que aspectos centrais dessa discussão fossem tratados com o devido rigor, a exemplo da questão do trabalhismo, ausente do texto por razões justificadas. De todo modo, esperamos com isso retomar um debate crucial para a definição de um projeto nacional verdadeiramente popular. (Equipe de Redação)

1. NACIONALISMO E TRABALHISMO MORREM COM BRIZOLA? UMA APOSTA DA MÍDIA

Na morte, a imprensa brasileira reconheceu em Leonel de Moura Brizola (1922-2004) um grande homem. E boa parte dela pretendeu enterrar com ele o *nacionalismo*, o *trabalhismo* (ou o populismo que, conforme lembrava Darcy Ribeiro, funcionou como um rótulo sobre o trabalhismo de modo a enterrá-lo sob um nome suposto) e o *caudilhismo*, outro rótulo que, desde a Revolução de 1930 e a partir do **Estadão** (o jornal **Estado de São Paulo**), se colocou sobre os gaúchos Getúlio Vargas, João Goulart (Jango) e o próprio Brizola.

1. Baseado em exposição feita no Seminário Brizola: Lições e Atualidade, promovido em 24 de julho de 2004 pela Fundação Alberto Pasqualini (FAP) da Bahia, organização vinculada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). O presente texto teve reduções e adaptações visando retirar conotações de preferência partidária e partes dirigidas ao público pedetista de modo a evitar eventuais confusões do leitor com a linha do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que não se vincula a nenhum partido.

Não dando tanto espaço quanto os jornais diários, as revistas semanais, pelas suas características de resumo e avaliação, permitem mostrar esse esforço de retirar Brizola, o nacionalismo e o trabalhismo da cena e encerrá-los nos livros de história. A revista **Veja**, instrumento permanente e faccioso dos interesses norte-americanos, por exemplo, intitulou matéria como “as mortes de Brizola” (Sabino, 2004) e anunciou no *superlead*²: “*Caudilhismo, populismo, nacionalismo: as idéias e os conceitos em que acreditava o político foram sepultados com ele*”. No corpo da matéria, lembrava que, enquanto Brizola era sepultado em São Borja (RS), Luiz Inácio Lula da Silva estava em Nova York (EUA) “vendendo” o Brasil a empresários norte-americanos. Na distância que separava os eventos, o jornalista concluía que

morreram três “ismos” que convulsionaram o Brasil: o caudilhismo, o populismo, o nacionalismo. Todos eles sepultados bem antes do político que insistia em revivê-lo — ou melhor, que os acreditava vivos (idem)

Expressando a ideologia liberal, o mesmo repórter adiantava: “*Todos eles sepultados pela racionalidade e pela modernidade*”. Depois de relembrar e criticar o seu governo no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (“*marca de incendiário que encampou empresas estrangeiras e promoveu invasões de terra*”), reconhecia que Brizola acreditava no ideário que o levou a cometer “*erros descomunais*”: “*Manteve-se coerente até o fim. Numa coerência que se transformou em pecado e morte. Morte política*” (ibidem)³.

Já **Isto É**, semanário criado por empresários paulistas, publicou uma matéria a nosso ver mais adequada, reconhecendo a dimensão popular e política da morte de Brizola:

Uma fila de trinta horas varou duas madrugadas no velório no Palácio Guanabara, o Congresso adiou a votação do salário mínimo e três dias de luto foram decretados pelo presidente Lula, que se deslocou para os funerais com sete ministros. O cortejo fúnebre engarrafou o centro do Rio de Janeiro e cinquenta mil pessoas se despediram dele no Palácio Piratini, em Porto Alegre. (...). A pequena cidade de São Borja (...) atraiu as atenções do País. (...) Políticos de todas as cor-

2. Lead é o resumo inicial do essencial da matéria. Superlead é um lead condensado, que se coloca sob a manchete, em letra maior que o texto, de maneira a complementá-la.

3. O PDT gaúcho reagiu contra o texto, classificando-o como “preconceituoso e desrespeitoso com a história brasileira”.

rentes se derramaram em homenagens. (...) Milhares seguiram a pé o cortejo (para o Aeroporto Santos Dumont), entoando “Brizola, guerreiro do povo brasileiro”; a multidão tentou invadir a pista cantando o Hino Nacional, vários hinos foram cantados no velório e no cortejo. (...) Mostrou suas lutas e “ressurreições políticas”, sua capacidade de atrair “multidões de despossuídos para os embates ideológicos, popularizando conceitos como soberania nacional, democratização da comunicação, educação integral, concentração de renda e “perdas internacionais (Aziz Filho, 2004)

De qualquer maneira, a referida matéria (“A hora da história”, tendo o seguinte *superlead*: “Morre com Brizola um tipo de política baseada no carisma e no nacionalismo”) aponta para o fim do que ele significava, abrindo espaço para uma socióloga da Universidade de São Paulo (USP) afirmar que “sua morte abriu três orfandades: do trabalhismo getulista, do nacionalismo radical e do socialismo moreno”. Outra revista paulista, **Carta Capital**, mais voltada para empresários e classe média alta, deu duas matérias. O editorial afirma que “o Brasil de Brizola era melhor”, lembrando os anos 50 e 60 e denunciando a perseguição militar a Brizola (apesar do *superlead* dizer que, “limitado na ideologia, cometeu erros clamorosos, mas foi figura rara na nossa política”, cf. Carta, 2004). Já a matéria sobre sua história e morte, intitulada “Fim do Trabalhismo”, inicia afirmando que “o trabalhismo jaz para sempre em São Borja, no Rio Grande do Sul” e, próximo ao fim, pergunta: “Trabalhismo? Que bicho é esse? Historiadores e sociólogos ainda não chegaram a um acordo” (Dias, 2004).

Por seu turno, **Época**, publicação das Organizações Globo, intitulou matéria como “O adeus do caudilho”. Depois de focar seu encontro com os Garotinho e Moreira Franco sobre as eleições de 2004 e seu esforço para organizar “uma grande frente nacionalista em 2006”, passa a avaliá-lo historicamente, afirmando que, nos “últimos tempos, se orgulhava de ter um discurso atrás de seu tempo, cheio de referências aos valores, ao nacionalismo e à divisão ideológica dos anos 50 e 60” (Trauman, 2004). A linha de retirar Brizola da atualidade política para colocá-lo nas páginas de histórias do passado foi, aliás, o centro de um caderno especial de oito páginas do jornal **O Globo**, sintomaticamente denominado “O fim de uma era” e publicado no dia 23 de junho.

Não cabe, neste momento, analisar toda a cobertura da grande imprensa sobre a morte de Brizola, na qual, aliás, se pode encontrar textos que, contra

a tendência geral da cobertura, reafirmam a vigência do nacionalismo. Sabemos como e porque, salvo honrosas exceções, ela se lançou contra a campanha de “*O petróleo é nosso*”, contra Getúlio em 1954, contra Jango em 1964 e, sempre, contra Brizola, o trabalhismo e o nacionalismo.

Comemoramos os cinquenta anos da criação do Petrobrás e continuamos a defendê-la contra a cobiça das empresas estrangeiras. A história nos mostrou a surpresa das elites liberais e dos que se orientavam pela grande imprensa diante da reação popular, diante da morte e permanência de Getúlio; da revelação, tantos anos escondida, de que a maioria do povo apoiava as “reformas de base” de Jango; da comoção que encheu as ruas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul de lenços vermelhos no pescoço, rosas nas mãos, lá e em todo o Brasil, de lágrimas nos olhos.

Uma avaliação global do significado histórico-político de Brizola incluiria falar sobre o trabalhismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores, quando na agenda pública se discute as reformas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), trabalhista e sindical; sobre a educação integral, quando o governo da cidade de São Paulo retoma, com os Centros Educacionais Unificados (CEUs), uma inspiração dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs); sobre a identidade dos partidos políticos e da esquerda brasileira, quando muitos tentam incluir na pauta a discussão sobre reforma política e redefinição, inclusive ideológica, dos partidos; sobre o papel da mídia no processo político quando, para grande parte do público, uma surpresa trazida pela morte de Brizola foi o espaço e o tratamento dado a ele por televisões e jornais que sobre ele silenciavam ou o enquadravam negativamente⁴. Parte essencial da marca política de Brizola está associada ao nacionalismo. E a tarefa de que nos incumbimos foi a de identificar e desmistificar os discursos e desejos de morte do nacionalismo e demarcar, no itinerário de Brizola, lições para uma história e uma luta que continuam.

2. A VIGÊNCIA E A AMPLITUDE DO NACIONALISMO

Ao contrário do desejo dos neoliberais e dos propagandistas da “globalização” imposta unilateralmente pelos bancos e grandes empresas, o nacionalismo está vivo e crescendo no mundo e no Brasil, onde amadurece a consciência da necessidade de um projeto nacional para que se possa sair de vinte

4. Por terem sido tratados por outros expositores no referido Seminário estes temas não serão abordados aqui.

anos de estagnação e romper a camisa de força imposta pela aplicação do “Consenso de Washington” e dos “acordos” com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o fortalecimento desta consciência intervieram vários fatores, a saber:

1. *A reação à privatização e à desnacionalização das empresas brasileiras estatais e privadas.* Apesar da maciça propaganda das privatizações, muitas das quais pagas pelo Estado contra si próprio (um exemplo foi a propaganda do Estado como um “elefante ineficiente”), houve alguma reação quando da sua efetivação: a maioria da população era contra o crime de vender a Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo. Uma vez concretizadas, porém, a população cada vez mais percebe que foi enganada — a qualidade dos serviços de energia caiu, as tarifas aumentaram, o consumidor descobre que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) amarrrou as mãos do Estado por contratos lesivos e toma consciência de crescente remessa de lucros.

2. *A associação entre desmonte do Estado e desmonte da nação.* O que não só levou à produção de livros e denúncias como ao reconhecimento, por parte de partidos políticos e movimentos sociais, da necessidade de reconstruir o Estado como instrumento da nação. Nesta consciência se inclui a revalorização do governo de Getúlio Vargas, não apenas entre os analistas econômicos como também entre políticos e intelectuais de história antigetulista, a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵. Quanto à população e ao eleitorado, continuam pressionado por mais e melhores serviços públicos e maior ação do Estado para gerar empregos e segurança, entrando nas filas para concursos públicos e apoiando as greves dos servidores públicos que pedem melhores salários e condições de trabalho. Os partidos prometem e os eleitores votam por mais e melhor Estado.

3. *O desnudamento da FMI e da política imperialista norte-americana.* Auxiliada pelo unilateralismo e pela truculência do governo George W. Bush, a percepção de que as políticas impostas pelo FMI estão a serviço das empresas, credores e especuladores estrangeiros, sendo um empecilho aos investimentos no desenvolvimento nacional e no reajuste da dívida

5. Dentre os vários exemplos, citamos o Seminário Vargas e o Projeto de Desenvolvimento Nacional, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) em junho de 2004, e, pela sua representatividade política, os depoimentos de Haroldo Lima, então deputado federal pelo PC do B (Lima, 2002), e Emir Sader, sociólogo e um dos mais vigorosos críticos do neoliberalismo (Sader, 2004).

social, é compartilhada por milhões de pessoas. Generalizam-se e começam a chegar aos meios empresariais (até mesmo aos antigos adeptos da globalização) a consciência da limitação ao crescimento da economia decorrente do modo insustentável como se paga a dívida externa e a dívida pública e do peso dos superávits primários exigidos pelo FMI ou “oferecidos” pelo governo. A antiga denúncia de Brizola das “perdas internacionais” tem vigor renovado.

Poderíamos comprovar o crescimento do nacionalismo nas elites econômicas, políticas e culturais, mas optamos por mostrar, com números, a dimensão popular da defesa do interesse e da soberania nacionais. Seleccionamos três exemplos ilustrativos:

- A campanha contra a dívida externa, da qual resultou o Plebiscito de 2000 e no qual votaram mais de seis milhões de pessoas.
- A mobilização contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), materializada no Plebiscito de 2002, que contou com mais de dez milhões de pessoas.
- O *Grito dos Excluídos* que, surgido há dez anos, mostra-nos a cada Sete de Setembro que a Independência está incompleta e em cuja preparação e desfiles participam pessoas de centenas de localidades brasileiras reunidas em torno de lemas, a maioria dos quais relacionado à necessidade de um projeto nacional e à defesa da soberania nacional.

O *Plebiscito Nacional da Dívida Externa* ocorreu em setembro de 2000 sob o slogan “*A vida acima da dívida*”, tendo resultado de um movimento que, por iniciativa de igrejas cristãs, realizou em Brasília, em 1998, um Simpósio sobre a *Dívida Externa, implicações e perspectivas* e, no ano seguinte, promoveu, desta feita no Rio de Janeiro, o *Tribunal da Dívida Externa*, com cerca de dois mil participantes, representando quatorze países e diversos movimentos sociais e políticos. O Plebiscito reuniu cem mil voluntários e conseguiu 6.030.329 votos (cf. Coordenação do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, 2000). As pessoas responderam a três perguntas:

- 1º) *O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI?* 5.646.862 de pessoas (93,6% do total) responderam *Não*;
- 2º) *O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a **Constituição Federal** de 1988?* 5.765.954 (95,6%) disseram que *Não*;

3º) *Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?* 5.768.563 (95,7%) votaram que *Não*.

A luta continua pela auditoria da dívida externa. Em 2004, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu entrar na justiça exigindo-a, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) continua reivindicando-a, através inclusive do seu presidente, dom Geraldo Magela.

Em setembro de 2002, próximo às eleições, mais de dez milhões de pessoas (10.149.542, para sermos exatos) votaram no Plebiscito sobre a ALCA promovido por um comitê que reuniu diversas entidades civis (com destaque para a CNBB), respondendo também a três perguntas:

1º) *O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?* 9.979.964 de pessoas (98,36% do total) manifestaram-se contrários;

2º) *O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?* 9.737.190 (95,9%) responderam *Não*;

3º) *O governo brasileiro deve entregar uma parte do nosso território (a Base de Alcântara, no Maranhão) para o controle militar dos Estados Unidos?* 10.006.740 (98,6%) foram contra.

Esta grande mobilização foi silenciada, minimizada ou enquadrada negativamente pela imprensa comercial. Uma alegação foi a de que, afinal, dez milhões não eram tantos diante do eleitorado brasileiro de mais de cem. Singular foi o fato da mesma imprensa apresentar como “grande mobilização” a petição com pouco mais de um milhão de assinaturas em prol do Projeto de Lei (aprovado) contra a corrupção eleitoral. Apesar de correto, se o referido Projeto abre a possibilidade de maior controle social sobre a compra de votos no varejo eleitoral, não ameaça, todavia, os interesses econômicos maiores. Pelo contrário, uma mobilização de dez milhões de pessoas, sem apoio do governo, da grande imprensa, dos partidos conservadores e com o afastamento oficial do PT (temeroso de criar problemas com os norte-americanos) é uma demonstração da crescente atenção do povo para com a defesa dos interesses nacionais.

Por fim, o *Grito dos Excluídos*, que nasceu em 1995 voltado para a defesa da vida e dos direitos humanos, promove manifestações no dia 7 de setembro, mostrando nas ruas que a Independência permanece incompleta. Nos três primeiros anos seus lemas foram “*A vida em primeiro lugar*” (1995),

“Trabalho e terra para viver” (1996) e *“Queremos justiça e dignidade”* (1997). A partir daí passou para uma fase de defesa de um projeto popular para o Brasil, como nas edições de 1998 (*“Aqui é meu país”*), 1999 (*“Brasil: um filho teu não foge à luta”*), 2000 (*“Progresso e vida, pátria sem dívidas”*), este articulado ao Plebiscito contra a Dívida Externa, e 2001 (*“Por amor a esta pátria, Brasil”*). Em 2002 e 2003, a questão da soberania se torna ainda mais explícita, com os respectivos lemas: *“Soberania não se negocia”*, em conexão com o Plebiscito sobre a ALCA, e *“Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão”*.

De acordo com um dos seus coordenadores, os temas dos últimos anos alertam para o fato de que a vida dos cidadãos *“requer um projeto de nação”* e *“uma nação independente”* (Gonçalves, 2004). Combinadas, a noção de *soberania* e a frase *“Tirem as mãos”* apontam para a autonomia do povo brasileiro frente às novas relações mundiais e à cobiça dos países centrais, representando ainda uma reação *“à ofensiva imperialista norte-americana, especialmente sob o governo Bush”* (idem). Já o tema central deste ano foi *“Brasil: mudança pra valer, o povo faz acontecer”*, que trazia sete objetivos principais, quatro dos quais se apóiam explicitamente na soberania nacional:

1. Uma política econômica voltada para as necessidades vitais da população mais excluída e não atrelada às maquinações dos credores internacionais e do FMI;
2. Que a água seja considerada patrimônio da humanidade;
3. Que todos os recursos vitais à preservação da biodiversidade sejam definidos por nações soberanas e autônomas;
4. Que o Brasil fique fora da ALCA, que reveja seus acordos com o FMI, que deixe de pagar os juros da dívida até que se faça uma auditoria pública da mesma;
5. Reforma Agrária, abertura de novos postos de trabalho, implementação de políticas públicas que possam melhorar os serviços de saúde, educação etc.;
6. Que a população de um país tão rico e trabalhador como o Brasil possa desfrutar de seus recursos e dos frutos de seu trabalho de forma justa, solidária e fraterna;

7. *Sair às ruas de cabeça erguida no dia 7 de setembro, como país livre e independente, e não como quintal das grandes corporações internacionais e dos governos centrais* (CNBB et al., 2004: 3)

Apesar de inicialmente silenciado e, depois, crescentemente criticado pela mídia, este movimento social puxado pela Igreja Católica, entidades sindicais, populares e profissionais tem crescido ano a ano⁶. Da realização em 170 localidades, em 1995, ele passou a 1.500 localidades em 2003, quando se estima que dois milhões marcharam pelo Brasil⁷. Nesta mobilização, originada, como já indicado, da Igreja Católica e dos movimentos sociais, a participação dos partidos, muito menos do PDT, não tem sido dirigente nem definidora. Ela demonstra, ao contrário, que a vigência de sentimentos nacionalistas ultrapassa as fronteiras partidárias e os discursos dos intelectuais. Não se deve, entretanto, minimizar a perspectiva nacionalista na história e luta dos partidos, especialmente os de esquerda.

Em trabalho anterior havíamos comprovado como na Assembléia Nacional Constituinte de 1988 o nacionalismo foi um divisor de águas na caracterização dos partidos (cf. Carvalho Neto, 1990). Tendo elaborado uma tabela sobre um dos divisores (o maior espaço para os direitos e a organização dos trabalhadores), utilizamos o resultado da pesquisa de uma cientista política que construiu escalas sobre *governismo, conservadorismo, oposição ao sistema financeiro, nacionalismo e democratismo* (cf. Kinzo, 1989). Naquele momento,

os partidos de esquerda, PDT, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), PC do B e PT votaram em posições nacionalistas, democratizantes, de controle do sistema financeiro e contra posições governistas e conservadoras. (...) [Ao con-

6. Sua Coordenação Nacional é composta pela CNBB (Pastoral Social), Pastoral da Juventude do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Associação dos Funcionários em Educação (FUSE), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Campanha Jubileu Sul Brasil e Grito Continental, já que, a partir de 1999, o evento passou a ocorrer em toda a América Latina, sob o lema “Por trabajo, justicia y vida”. Em cada estado há uma Coordenação com diferentes composições.

7. Segundo Ari Alberti, membro da Coordenação Nacional, a progressão do número das localidades seria: 170 (1995), 300 (1996), 700 (1997), entre 1.000 e 1.200 (de 1998 a 2002) e 1.500 (2003). A mobilização e os debates prévios foram maiores nos anos dos Plebiscitos (o da Dívida Externa atingiu 3.000 municípios e o da ALCA, 3.900).

trário], a direita reacionária esteve concentrada no Partido Democrático Social (PDS) (hoje Partido Progressista/PP), Partido da Frente Liberal (PFL) e “Centrão” (maioria do PFL, mas com deputados de mais cinco partidos) e teve índices altos de governismo, baixíssimos de nacionalismo e oposição ao sistema financeiro (Carvalho Neto, 1990: 47)

Avaliados quanto ao “nacionalismo”, os partidos de esquerda obtiveram no trabalho de Kinzo notas entre 9,6 e 10. Na direita, PDS, PFL e Centrão obtiveram entre 1,7 e 2,1⁸. A lembrança daquelas votações é importante para lembrar que a série das reformas constitucionais e legais empreendidas pelos governos FHC para “adaptar” o Brasil ao neoliberalismo teve um foco central em desconstruir exatamente normas de caráter nacionalista e que, junto com as reformas constitucionais, deflagrou-se um processo de privatização das empresas estatais⁹. Reformas e privatizações foram enfrentadas, nos governos FHC, pelos partidos aqui identificados como de esquerda na luta parlamentar e nas ruas (especialmente do Rio de Janeiro, local dos leilões da privatização), ainda que sob o bombardeio da mídia e sem sucesso.

Nesta luta nacionalista não se pode esquecer a participação de Brizola e do PDT, que sempre se apresentaram como herdeiros da *Carta-Testamento* de Getúlio Vargas, assumida pelos nacionalistas de várias tendências como um instrumento de denúncia do imperialismo. Não cabe nestes **Cadernos** um detalhamento das posições nacionalistas e antineoliberais do PDT nem do papel que pretende desempenhar na luta por uma política de desenvolvimento com soberania e justiça social¹⁰. Basta reconhecer que elas fazem parte de sua história e posição pública. No entanto, tratando da relação entre Brizola

8. As votações analisadas para aferir o nacionalismo foram: voto a favor de monopólio da União sobre recursos minerais, nacionalização da distribuição de combustíveis, monopólio da União sobre importação de medicamentos e matérias-primas básicas farmacêuticas e voto contra a amenização da proibição dos contratos de risco na exploração do petróleo e gás, da definição da empresa nacional e da emenda que suprimia o tratamento preferencial a empresa nacional (cf. Carvalho Neto, 1990: 62).

9. Dentre outros, vale recordar o fim do monopólio da navegação de cabotagem (dos mais antigos no Brasil), do tratamento preferencial à empresa nacional, a possibilidade de mineração por empresas estrangeiras em áreas de fronteira, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a retirada do monopólio da pesquisa e exploração do petróleo por parte da Petrobrás.

10. Para os que desejem fazê-lo, um útil subsídio está em Dias e Mourthé, (2002).

e o nacionalismo, consideramos fundamental resgatar como ele obteve visibilidade no Brasil e no exterior como líder nacionalista.

3. UM COMPROMISSO QUE VEM DE LONGE

Constatando e participando da atualidade e do crescimento do sentimento nacionalista, consideramos que, independentemente de suas posições ideológicas e partidárias, todos os que estão voltados para a defesa da soberania nacional retirarão lições para o presente ao refletir sobre a história e o discurso de Brizola. Os primeiros ensinamentos vêm da desapropriação, no Rio Grande do Sul, da Bond & Share, proprietária da Companhia de Energia Rio Grandense, e da ITT, proprietária da rede telefônica¹¹. São exemplares para, de um lado, mostrar o modo como se desenvolveu a consciência nacionalista de Brizola, como ele se transformou em liderança nacional, e, de outro, como agem as empresas norte-americanas e o seu governo — ontem como hoje — em defesa dos seus interesses e lucros.

O conflito entre o governo brizolista e as empresas estrangeiras não se desencadeou por motivações filosóficas ou ideológicas explícitas, nem por nenhum antiamericanismo emocional. Disposto a cumprir seu programa de campanha, concentrado no binômio “educação popular e desenvolvimento”, o político gaúcho assumiu um Estado economicamente bloqueado lançando um grande programa educacional, ao tempo em que decidiu enfrentar os pontos de estrangulamento econômico e industrial. Um deles era justamente o fornecimento de energia (o plano de governo previa mais um milhão de quilômetros). Em 1959, faltava energia e Porto Alegre vivia sob racionamento. A concessão estava vencida, a Companhia não investia e exigia, para fazê-lo, a renovação da licença por mais 35 anos e liberdade para aumentar as tarifas a seu critério.

O governo realizou o tombamento físico e contábil da empresa, que se manteve intransigente, o que implicou no decreto de desapropriação da mesma, em 13 de maio daquele ano. No levantamento para o pagamento se deduziu as contribuições da população para colocar fios e postes, os terrenos doados à companhia, as indenizações aos trabalhadores, as multas, a depreciação dos materiais e a remessa de lucros acima do que a lei permitia (foram encontradas grandes fraudes na contabilidade), de maneira que ficou constatado

11. Os fatos a seguir resumidos foram obtidos em Moniz Bandeira (1979) e Carrion Jr. (1989).

que a empresa é que era devedora do Estado, razão pela qual a Justiça autorizou a desapropriação e a imissão de posse pelo valor simbólico de CR\$ 1,00 (hum cruzeiro).

Meia hora depois da divulgação da desapropriação, o então presidente Juscelino Kubitschek ligou para Brizola dizendo que fora procurado pelo senador Assis Chateaubriand, proprietário dos **Diários Associados**, então maior rede de mídia do país e notório americanista (ou “entreguista”), indignado com a “loucura do Brizola”. A repercussão internacional foi grande: o secretário do Tesouro norte-americano protestou e o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Emenda Hickenlooper pela qual aquele país deixaria de prestar “ajuda” às nações que expropriassem empresas norte-americanas, mesmo que com base em suas leis (e interesses). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a Frente Parlamentar Nacionalista apoiaram o governador do Rio Grande do Sul¹².

Brizola despertou, então, para a *dimensão do processo* espoliativo praticado pelas empresas estrangeiras no Brasil. O caso da ITT, a mesma que, na década de 1970, viria a ser chave na preparação do golpe contra Salvador Allende, no Chile, foi ainda mais revelador. O sistema de telefones não funcionava e o equipamento obsoleto não prestava para nada, mas a empresa dizia que não tinha capital para investir. O governo gaúcho negociou com a ITT por dois anos, chegando ao que parecia um entendimento: a criação de uma empresa mista (o Estado participando com 25%, a ITT com 25% e o público usuário com os 50% restantes) e a avaliação por árbitros indicados pelo Estado e pela empresa. Os árbitros apresentaram um laudo com um valor considerado alto por Brizola que, mesmo assim, aceitou. A ITT, porém, recuou, alegando que não aceitava os valores dos árbitros (inclusive o do

12. É oportuno lembrar as diferenças entre o PTB de 1945 a 1965, quando foi um dos partidos extintos pelos militares que impuseram o bipartidarismo, e o atual, recriado em 1980. O primeiro PTB possuiu uma ala mais explicitamente nacionalista, reformista e até socializante, cuja importância cresceu especialmente entre 1954 e 1964. Foi o partido que teve mais deputados cassados em 1964. Com o fim do bipartidarismo, o grupo liderado por Brizola tentou refundar o PTB, mas o comando da sigla, por articulação de Golbery do Couto e Silva, estrategista do regime militar, foi entregue à representante da ala mais “pragmática” ou fisiológica. O PTB assumiu então uma postura governista e de centro-direita. Já a Frente Parlamentar Nacionalista reunia deputados de vários partidos e foi um dos pólos do debate político da época (no outro pólo estavam os “democratas” ou “entreguistas”, tendo à frente a União Democrática Nacional/UDN). Uma boa reconstituição e crítica deste primeiro PTB podem ser encontradas em Delgado (1989).

seu), propondo novos entendimentos e tentando “empurrar a questão com a barriga”. Diante disso, o governo expropriou a Companhia com base no valor encontrado pelos árbitros, reduzindo as plantas doadas, as indenizações trabalhistas devidas, a reposição do material e os *lucros ilegalmente* enviados ao exterior.

Como o governo estadunidense reclamou mais uma vez, o ministro das Relações Exteriores brasileiro convidou Brizola para uma reunião no Itamarati (em Brasília) com a presença de Roberto Campos, embaixador do Brasil nos EUA e notório americanista, de Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no país, e dos representantes da ITT¹³. Brizola exigiu a retirada dos representantes da ITT e o embaixador Gordon falou pela empresa: estava contra o valor calculado. Brizola lembrou que a avaliação fora feita em comum acordo com a companhia telefônica e seu perito e que a desapropriação fora aprovada pela justiça brasileira. O embaixador norte-americano defendeu que a avaliação deveria ser feita por árbitros internacionais e quando afirmou que o poder judiciário local era “*suspeito para julgar um caso dessa natureza*”, o governador disse que dessa forma não havia o que discutir. E a reunião acabou aí...

Brizola foi apontado como inimigo dos Estados Unidos pelo próprio presidente John Kennedy. Claude Julien, autor de **O Império Americano**, contou que presenciou em 1962 a um telefonema do secretário norte-americano para a América Latina recomendando a *destruição* de Brizola. Na visita de Jango a Kennedy foi emitida nota conjunta que previa uma cláusula de indenizações por empresas desapropriadas, atendendo à Bond & Share e à ITT. O Banco do Brasil se dispôs a fazer um empréstimo a esta última num valor maior que a indenização formulada pelo Rio Grande do Sul. Após a desapropriação da ITT, o governo federal absorveu as companhias telefônicas de São Paulo e do Rio de Janeiro e aprovou o projeto de criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). Décadas mais tarde, FHC venderia essa estatal a uma empresa norte-americana que, falida e envolvida em diversas fraudes, acaba de ser repassada a um empresário mexicano.

13. A nomeação do “entreguista” (denominado pelos nacionalistas de Bob Fields) pode ser entendida como uma tentativa de Jango de amortecer os conflitos, colocando alguém “palatável” aos Estados Unidos (de onde, aliás, Roberto Campos haveria de conspirar contra o próprio presidente brasileiro).

Por baixo do pano, o Brasil assinou um acordo com a American Foreign Power (controladora da Bond & Share), após a realização de uma reunião na casa do ministro da Guerra e da qual participou Roberto Campos. Brizola soube e denunciou. O ministro da Guerra foi demitido e Jango suspendeu o acordo. Após o golpe de 1964, porém, Roberto Campos, já na condição de ministro do Planejamento do governo militar, ratificou o acordo pelo qual a empresa controladora embolsou 470 milhões de dólares. Estes dois casos deixaram lições muito atuais:

1. *A atuação do governo dos EUA em defesa do capital norte-americano, passando por cima da legislação e do Judiciário brasileiros.* Não é de hoje que as empresas “multinacionais” querem subordinar os Estados da periferia capitalista a juizes e árbitros estrangeiros;
2. *O comportamento das empresas estrangeiras, privilegiando a obtenção e a remessa de lucros em detrimento de investimentos com seu dinheiro.* Com isso, seu capital é ampliado através de doações e recursos fornecidos pelo Estado ou pela própria população;
3. *A importância da ação do Estado para promover o desenvolvimento e quebrar os empecilhos a ele;*
4. *A postura de grande parte da imprensa a favor das empresas estrangeiras, tanto por questões ideológicas quanto financeiras.* Para isso concorrem o peso dos anunciantes, o apoio à criação das organizações e redes da mídia e os empregos e “agrados” aos próprios jornalistas;
5. *A possibilidade de mobilizar as forças sociais e políticas para enfrentar a exploração das empresas estrangeiras, denunciando os negócios feitos por baixo do pano e, sobretudo, demonstrando como isso atinge diretamente as pessoas.* Em 1959, os gaúchos conviviam com os racionamentos de energia; na década de 1990, os “apagões” que se seguiram à privatização da Light alertaram os cariocas.

A perspectiva nacionalista continuou presente nas lutas políticas da década de 1960 até o presente: pelas reformas de base e pelo controle das remessas de lucros no governo Jango, contra as ameaças à Petrobrás (mediante contratos de risco) na ditadura militar e contra as reformas neoliberais propostas por Fernando Collor de Mello (1990-1992). Num texto sobre Brizola não poderíamos deixar de assinalar que ele continuou como uma liderança associada ao nacionalismo durante todo esse período, tendo sido, inclusive, um

dos primeiros a denunciar o projeto neoliberal de Collor, como nessa declaração de 25 de agosto de 1990:

*O governo Collor é uma espécie de anti Carta-Testamento. Representa o estertor desse modelo econômico colonial, injusto, cruel e inviável imposto ao Brasil. É um subproduto de nossas elites, verdadeiros andróides insensíveis e arrogantes. Desprezam o povo brasileiro porque, no fundo, nada têm a ver com ele*¹⁴

Também foi firme no combate à política desnacionalizante e de desmonte do Estado da era FHC, qualificado por ele como “réu de traição nacional” e apontado como um moderno Calabar, numa estratégia de mobilizar os brios dos brasileiros como ocorrera na reação à invasão holandesa. Para Brizola, FHC deveria ser submetido a um fuzilamento moral¹⁵. Por fim, o político gaúcho saudou, emocionado, o discurso de posse de Lula, na medida em que defendia uma posição nacionalista e um projeto de inclusão, justiça social e soberania internacional. De fato, grande parte da fala presidencial foi dedicada a uma concepção de país explicitamente nacionalista. Dois trechos bastam para servir de exemplo daquilo que emocionou os nacionalistas:

O Brasil nesta sua nova empreitada histórica, social, cultural e econômica terá de contar — sobretudo — consigo mesmo. Terá de pensar com a sua cabeça, andar com as suas próprias pernas, ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país. Amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo. (...) Estamos começando hoje um novo capítulo da história do Brasil. Não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, de etnia, de sexo e de crença. Este é o país que pode dar e vai dar o verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência

14. Citado em *Carta Capital*, 3, Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

15. Consultar a entrevista concedida em 7 de agosto de 2000 e publicada após sua morte (Brizola, 2004a).

intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas, sobretudo, pelos dons e pelos poderes do seu povo (Silva, 2003)

Porque Lula pronunciou um discurso deste teor quando já se teria comprometido a aceitar a camisa de força do FMI e buscar prioritariamente a credibilidade do mercado, isto é, do sistema financeiro, dos bancos e especuladores? Talvez porque não se possa expressar a esperança de todos os brasileiros sem, ao menos nas palavras, defender posições nacionalistas. Brizola evoluiu nas suas posições frente ao governo Lula. Dos alertas e cobranças cada vez mais duras contra a política econômica à mais amarga decepção. Numa de suas ultimas mensagens ao povo brasileiro, em 27 de maio, afirmou:

É da força do povo e de suas esperanças, e não dos grupos financeiros, do FMI ou do “mercado”, que um governo precisa para mudar um país, para trazer justiça e desenvolvimento (...). O apoio dos poderosos, conquistado às custas de submissão, da politicagem, da capitulação e dos compromissos assumidos com a população, ao contrário, só enfraquece um governo (Brizola, 2004)

O governo Lula está provando hoje os frutos amargos de sua infidelidade. As forças políticas comprometidas com a defesa da soberania nacional e com o aumento da igualdade e justiça social (isto é, os nacionalistas e esquerdistas) têm tomado posições diversas frente ao governo. Há os que assumem uma posição de, como ala esquerda do mesmo, lutar para reorientá-lo no sentido da saída dos constrangimentos neoliberais; outros acreditam que, dentro dos marcos definidos pela política macroeconômica aceita (ou imposta) pelo mercado (leia-se, pelos interesses financeiros e especulativos), pode-se prudentemente ir executando uma política de maior atenção ao social; outros ainda assumiram uma posição de independência frente ao governo, dispondo-se a pressioná-lo ou apoiá-lo caso a caso e, por fim, existem aqueles que romperam, denunciam e partem para a oposição ao governo.

A alternativa que, em 2004, Brizola se esforçava para construir era a atualização do projeto do partido, que o fez abrir, em 4 de junho, em São Paulo, o seminário *Brasil Trabalhista* com mais de mil delegados e doze Grupos de Trabalho, bem como costurar a articulação da *Frente Nacionalista* para 2006. A consciência das conseqüências do projeto neoliberal e a generalização da percepção da necessidade de um projeto nacional para o Brasil comprovam

que, diferentemente do que desejam alguns setores da mídia, o nacionalismo, no qual Brizola continua como uma referência, não foi enterrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aziz Filho. "A hora da história". **Isto É**, 1812. São Paulo, Editora Três, 30 de junho de 2004, p. 36-39.
- Brizola, Leonel de Moura. "Lula e Kirchner". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de maio de 2004, p. A-5.
- _____. "Patriotismo não me falta". **Caros Amigos**, 88. São Paulo, Casa Amarela, jul., 2004a, p. 9.
- Carrion Jr. **Brizola, momentos de decisão**. Porto Alegre, L&PM, 1989.
- Carta, Mino. "O Brasil de Brizola era melhor". **Carta Capital**, São Paulo, Confiança, 30 de junho de 2004, p. 22-23.
- Carvalho Neto, Joviniano Soares de. "Brasil 89: testando uma democracia de massas (1ª parte – 1960/1989)". **Cadernos do CEAS**, 129: 45-63. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), set.-out., 1990.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pastoral Social, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades) et al. **Grito dos Excluídos**, 28. Brasília, abr., 2004.
- Coordenação do Plebiscito Nacional da Dívida Externa. "O Plebiscito confirma: *a vida acima da dívida!*". **Cadernos do CEAS**, 190: 83-90. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 2000.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- Dias, Manoel e Mourthé, Arnaldo (org.). **Caderno Trabalhista, 1º volume**. Florianópolis, Partido Democrático Trabalhista de Santa Catarina (PDT/SC), jul., 2002.
- Dias, Maurício. "Fim do trabalhismo". **Carta Capital**. São Paulo, Confiança, 30 de junho de 2004, p. 38-39.
- Gonçalves, Alfredo José. "Dez anos de Grito: um olhar retrospectivo". **Cadernos do CEAS**, 211: 13-21. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2004.
- Kinzo, Maria D'Alva. "O quadro partidário e a Constituinte". **Revista Brasileira de Ciência Política**, 1: 91-123. Brasília, Universidade de Brasília (UnB), mar., 1989.
- Lima, Haroldo. "Construção e desmonte do Estado Nacional Brasileiro". In Carvalho Neto, Joviniano Soares de (org.). **Seminário Brasil e Movimento Docente: crise e perspectivas**. Salvador, Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), 2002, p. 18-24.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto Vianna. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- Sabino, Mauro. "As mortes de Brizola". **Veja**, 1860. São Paulo, Abril, 30 de junho de 2004, p. 52-54.
- Sader, Emir. "Vida e morte do nacionalismo?". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de abril de 2004, p. A-15.
- Silva, Luiz Inácio Lula da. "Discurso de posse". **A Tarde**, Salvador, 2 de janeiro de 2003.
- Trauman, Thomas. "O adeus do caudilho". **Época**, Rio de Janeiro, Globo, 28 de junho de 2004, p. 44-47.

** Joviniano Soares de Carvalho Neto é doutorando em Comunicação e Cultura Contemporânea (Universidade Federal da Bahia), professor de Ciência Política (UFBA) e membro da Equipe Editorial dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Da presunção da inocência ao direito à ressocialização: uma aula sobre Direitos Humanos” (**Cadernos do CEAS**, 210: 23-41. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mar.-abr., 2004).
[bertino@terra.com.br]*